

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.130.956
Preferenciais	0
Total	4.130.956
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	478.538	562.838
1.01	Ativo Circulante	349.688	299.351
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	89.930	68.257
1.01.01.01	Bancos	201	176
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	89.729	68.081
1.01.03	Contas a Receber	170.697	215.804
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	170.697	215.804
1.01.03.02.01	Direitos Creditórios a Receber - PPI	5.408	5.436
1.01.03.02.02	Ajuste a Valor Justo - PPI	-85	-83
1.01.03.02.03	Direitos Creditórios a Receber - PEP	164.509	209.569
1.01.03.02.04	Ajuste a Valor Justo - PEP	865	882
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	89.061	15.290
1.01.08.03	Outros	89.061	15.290
1.01.08.03.01	Despesas Antecipadas	40	27
1.01.08.03.03	Tributos Correntes a Recuperar	3.562	1
1.01.08.03.04	Valores Transitórios a Receber	85.459	15.262
1.02	Ativo Não Circulante	128.850	263.487
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	128.833	263.486
1.02.01.07	Tributos Diferidos	17.505	10.292
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Valor Justo	29	50
1.02.01.07.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Diferenças Temporárias	17.476	10.242
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	111.328	253.194
1.02.01.10.03	Direitos Creditórios a Receber - PPI	0	133
1.02.01.10.04	Direitos Creditórios - PPI Rompidos	12.517	12.531
1.02.01.10.05	(-) Direitos Creditórios PPI Vencidos e Não Liquidados	-12.517	-12.531
1.02.01.10.06	Ajuste a Valor Justo - PPI	0	-64
1.02.01.10.08	Direitos Creditórios a Receber - PEP	110.377	211.072
1.02.01.10.09	Direitos Creditórios - PEP Rompidos	51.240	70.343
1.02.01.10.10	(-) Direitos Creditórios PEP Vencidos e Não Liquidados	-51.240	-29.951
1.02.01.10.11	Ajuste a Valor Justo - PEP	951	1.661
1.02.03	Imobilizado	17	1
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	17	1
1.02.03.01.01	Bens Imóveis	11	11
1.02.03.01.02	Outras Imobilizações	28	8
1.02.03.01.03	(-) Depreciação Acumulada	-22	-18

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	478.538	562.838
2.01	Passivo Circulante	65.524	78.483
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	168	224
2.01.01.01	Obrigações Sociais	48	95
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	120	129
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.859	11.807
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.859	11.807
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.413	11.144
2.01.03.01.02	IRRF s/ salário a recolher	106	155
2.01.03.01.04	PCC s/ pessoa jurídica a recolher	1	2
2.01.03.01.05	PIS a Recolher	60	90
2.01.03.01.06	COFINS a Recolher	279	416
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	37.143	59.537
2.01.04.02	Debêntures	37.143	59.537
2.01.04.02.03	Debêntures Mezanino - 1ª série da 2ª Emissão	37.205	59.764
2.01.04.02.04	Custo de Emissão de Debêntures	-62	-227
2.01.05	Outras Obrigações	18.006	6.677
2.01.05.02	Outros	18.006	6.677
2.01.05.02.04	Valores Transitórios a Pagar	3.391	436
2.01.05.02.06	Juros a Pagar s/ Capital Próprio	14.539	6.202
2.01.05.02.07	Outros Obrigações	76	39
2.01.06	Provisões	348	238
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	348	238
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	83	51
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	265	187
2.02	Passivo Não Circulante	0	62.957
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	62.957
2.02.01.02	Debêntures	0	62.957
2.02.01.02.05	Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª Emissão	0	23.234
2.02.01.02.06	Custo de Emissão de Debêntures	0	-27
2.02.01.02.07	Debêntures Subordinadas - 2ª Série da 2ª Emissão	0	40.393
2.02.01.02.08	Ajuste a Valor de Mercado - 2ª Série da 2ª Emissão	0	-643
2.03	Patrimônio Líquido	413.014	421.398
2.03.01	Capital Social Realizado	413.096	413.096
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	413.096	413.096
2.03.04	Reservas de Lucros	8.302	8.302
2.03.04.01	Reserva Legal	8.302	8.302
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-8.384	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	11.284	39.494	21.203	71.482
3.01.01	Receita Atualização PPI - Selic	47	117	42	247
3.01.02	Receita Atualização PEP	11.237	39.377	21.161	71.235
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.905	-7.989	-6.915	-26.025
3.02.03	Juros Debêntures Mezanino - 1ª Série 2ª Emissão	-882	-2.686	-1.390	-5.798
3.02.04	Juros Debêntures - 2ª Série 2ª Emissão	0	-1.871	-3.967	-14.868
3.02.05	Juros Debêntures com Garantia Real - 3ª Emissão	0	0	0	-465
3.02.06	Pis Não Cumulativo	-181	-608	-277	-871
3.02.07	Cofins Não Cumulativo	-842	-2.824	-1.281	-4.023
3.03	Resultado Bruto	9.379	31.505	14.288	45.457
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-861	-24.838	-37.796	-52.817
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.288	-3.443	-887	-3.119
3.04.02.01	Despesas com Salários	-815	-1.999	-493	-1.725
3.04.02.02	Encargos Sociais e Obrigações	-320	-838	-230	-767
3.04.02.03	Serviços Técnicos e Especializados	-141	-453	-148	-490
3.04.02.04	Anúncios e Publicações	-12	-150	-16	-133
3.04.02.05	Despesas Legais e Societárias	0	-3	0	-4
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	460	-21.275	-36.879	-49.607
3.04.03.01	Perdas no Recebimento de Direitos Creditórios PPI	14	14	15	-12.373
3.04.03.02	Perdas no Recebimento de Direitos Creditórios PEP	446	-21.289	-36.894	-37.234
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-33	-120	-30	-91
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-33	-120	-30	-91
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.518	6.667	-23.508	-7.360
3.06	Resultado Financeiro	942	1.688	161	839
3.06.01	Receitas Financeiras	950	1.707	169	872
3.06.01.01	Receitas Financeiras	950	1.707	169	872
3.06.02	Despesas Financeiras	-8	-19	-8	-33

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-8	-19	-8	-33
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	9.460	8.355	-23.347	-6.521
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.252	-2.200	-3.654	-6.437
3.08.01	Corrente	-5.089	-9.413	680	-6.417
3.08.02	Diferido	-163	7.213	-4.334	-20
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.208	6.155	-27.001	-12.958
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.208	6.155	-27.001	-12.958
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,01859	1,48997	-6,82796	-3,27719
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,01859	1,48997	-6,82796	-3,27719

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	4.208	6.155	-27.001	-12.958
4.03	Resultado Abrangente do Período	4.208	6.155	-27.001	-12.958

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	27.894	7.988
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	18.973	9.455
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) no Período	6.155	-12.958
6.01.01.02	Receita de Atualização do PEP	-2.555	-29.450
6.01.01.03	Depreciação	4	1
6.01.01.04	Amortização de Mensuração Inicial da Carteira de Direitos Creditórios	1.307	2.235
6.01.01.05	IRPJ e CSLL Diferidos	-7.213	20
6.01.01.07	Perda no Recebimento de Direitos Creditórios	21.275	49.607
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	8.921	-1.467
6.01.02.01	Direitos Creditórios a Receber - PPI	161	482
6.01.02.02	Direitos Creditórios a Receber PEP	148.310	223.681
6.01.02.03	Direitos Creditórios PEP Rompidos	-13.860	-114.751
6.01.02.04	Direitos Creditórios PPI Rompidos	14	-86
6.01.02.05	Valores Transitórios a Receber	-70.197	0
6.01.02.10	Outros Ativos	-3.574	-2.274
6.01.02.16	Debêntures - 2ª Emissão	-53.031	-64.303
6.01.02.17	Debêntures - 3ª Emissão	0	-35.616
6.01.02.18	Fornecedores	10	28
6.01.02.19	Contas a Pagar	-1.867	864
6.01.02.20	Outras Obrigações	2.955	-9.492
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-19	0
6.02.01	(Aquisição) de Imobilizado	-19	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.202	-11.765
6.03.01	Juros sobre o Capital Próprio	-6.202	-11.765
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	21.673	-3.777
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	68.257	53.486
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	89.930	49.709

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	413.096	0	8.302	0	0	421.398
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	413.096	0	8.302	0	0	421.398
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-14.539	0	-14.539
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-14.539	0	-14.539
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.155	0	6.155
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.155	0	6.155
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	413.096	0	8.302	-8.384	0	413.014

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	377.800	0	43.272	0	0	421.072
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	377.800	0	43.272	0	0	421.072
5.04	Transações de Capital com os Sócios	35.296	0	-35.297	-15.631	0	-15.632
5.04.01	Aumentos de Capital	35.296	0	-35.296	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-15.631	0	-15.631
5.04.08	Juros sobre Capital Próprio Pago	0	0	-1	0	0	-1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.958	0	-12.958
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.958	0	-12.958
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	413.096	0	7.975	-28.589	0	392.482

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	18.219	21.875
7.01.02	Outras Receitas	18.219	21.875
7.01.02.01	Receita Atualização PPI - Selic	117	247
7.01.02.04	Receita Atualização PEP	39.377	71.235
7.01.02.06	Perda/Reversão de Créditos de Liquidação Duvidosa	-21.275	-49.607
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.213	-21.799
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-656	-668
7.02.04	Outros	-4.557	-21.131
7.02.04.05	Juros Debêntures Mezanino - 1ª Série 2ª Emissão	-2.686	-5.798
7.02.04.06	Juros Debêntures - 2ª Série 2ª Emissão	-1.871	-14.868
7.02.04.07	Juros Debêntures com Garantia Real - 3ª Emissão	0	-465
7.03	Valor Adicionado Bruto	13.006	76
7.04	Retenções	-4	-1
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4	-1
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	13.002	75
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.688	839
7.06.02	Receitas Financeiras	1.707	872
7.06.03	Outros	-19	-33
7.06.03.01	Despesas Financeiras	-19	-33
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	14.690	914
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	14.690	914
7.08.01	Pessoal	2.328	2.043
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.211	1.946
7.08.01.03	F.G.T.S.	117	97
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.207	11.829
7.08.02.01	Federais	6.207	11.829
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.155	-12.958
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	14.539	15.631
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-8.384	-28.589

Comentário do Desempenho



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

A Companhia Paulista de Securitização (“Companhia”) é uma sociedade por ações, controlada pelo Estado de São Paulo, e vinculada à Secretaria da Fazenda, cuja constituição, em 15 de outubro de 2009, foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de setembro de 2009.

Tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não-tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios.

A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como Emissora de Valores Mobiliários na categoria B, na forma da Instrução CVM nº 480/2009, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa.

As demonstrações financeiras apresentadas contemplam as operações de emissão de debêntures nos anos de 2014 e 2015, com lastro dos fluxos financeiros dos direitos creditórios do Programa Especial de Parcelamento – PEP do ICMS (“PEP”) e do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI do ICMS (“PPI”).

Operações em curso

Em dezembro de 2014, por meio da Celebração de Contrato de Cessão com o Estado de São Paulo, a Companhia adquiriu direitos creditórios originários do “PEP” no montante de R\$ 5.903.622 (base 28 de novembro de 2014). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R\$ 809.010 foi realizada com recursos captados por meio da integralização da 1ª Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real, distribuídas com esforços restritos de colocação para investidores qualificados, nos termos da Instrução 476/2009 (“1ª Série da 2ª Emissão”), o restante se deu com a subscrição, pelo Estado de São Paulo da 2ª Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real (“2ª Série da 2ª Emissão”).

A 1ª Série da 2ª Emissão conta com garantia adicional real, representada pela cessão fiduciária da conta corrente para a qual os fluxos financeiros do PEP é direcionado, e de um fundo de amortização em montante igual a 1,2 vezes o valor estimado da próxima parcela de pagamento de remuneração e amortização, observado ainda que o pagamento da 2ª Série da 2ª Emissão é realizado com os recursos que excederem o pagamento da 1ª Série da 2ª Emissão.

Comentário do Desempenho



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

Em abril de 2021, a Standard & Poors manteve o rating das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão em “brBBB- (sf)”, observando que a arrecadação dos créditos decorrentes dos Programas de Parcelamento manteve-se em linha com as premissas e com os ICSD projetados pela S&P Global Ratings em cenário-base para as Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão.

Em 21 de junho de 2021 foi efetuado o resgate integral antecipado das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, mediante amortização financeira de R\$ 5.334 com a disponibilidade mensal de caixa da Emissora, derivada da arrecadação dos direitos creditórios do PEP, após o pagamento das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão.

Desempenho

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 o lucro apurado foi de R\$ 6.155 (prejuízo de R\$ 12.958, em 30 de setembro de 2020), sendo que deste resultado R\$ 1.328 negativos (R\$ 2.255 negativos, em 30 de setembro de 2020) são provenientes da realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros. O terceiro trimestre apresentou uma estabilidade na carteira de direitos creditórios rompidos e a manutenção do volume das perdas de crédito, contexto que propiciou uma significativa melhora no resultado da Companhia.

As Informações Trimestrais serão apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em atendimento à Instrução nº 480/09. Os valores estão expressos em milhares de reais (R\$ mil) e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a CPSEC esclarece que a empresa BDO RCS Auditores Independentes SS, no trimestre findo 30 de setembro de 2021, prestou a esta Companhia, exclusivamente, serviços de auditoria.

A Administração da CPSEC entende e declara que esses serviços foram prestados com pleno atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria.

Notas Explicativas **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Securitização (“Companhia” ou “CPSEC”) é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento, constituída em 15 de outubro de 2009, na forma autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de setembro de 2009.

Tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios.

A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários –(CVM), como emissora de Valores Mobiliários na categoria B, na forma da Instrução nº 480/09, prestando regularmente todas as informações e cumprindo as obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa.

Os efeitos decorrentes das medidas restritivas visando à contenção da propagação da epidemia do COVID-19 afetou significativa a atividade econômica em escala global. Diante deste cenário atípico e momentâneo de incertezas, o Governo do Estado de São Paulo promulgou em 4 de setembro de 2020, o Decreto nº 65.171, permitindo que no período de 16 a 30 de setembro de 2020, os contribuintes tivessem a oportunidade de restabelecer (reativação) os parcelamentos rompidos, em razão da inadimplência de parcelas com vencimento entre 1º de março e 30 de julho de 2020, no âmbito dos Programas Especiais de Parcelamento (PEP).

No encerramento do exercício social de 2020, foi verificada uma ligeira reversão no volume dos direitos creditórios de PEP Rompidos, comparativamente à posição do mês de julho de 2020, ocasião em que houve um incremento significativo dos parcelamentos rompidos devido à inadimplência derivada dos efeitos do COVID-19.

Com o arrefecimento da pandemia, no encerramento do trimestre findo em 30 de setembro de 2021 foi verificado a estabilização do estoque de direitos creditórios rompidos, assim como a manutenção do volume das perdas de crédito, retomando a dinâmica de suas operações, contexto que proporcionou a reversão do resultado negativo apresentado no início de 2021 e o alcance de significativa lucratividade.

A arrecadação de direitos creditórios vem demonstrando sinais positivos, no tocante à estabilização e previsibilidade, apresentando um declínio de apenas 2,5% no acumulado até outubro de 2021, comparativamente aos valores orçados para o período.

Em 15 de outubro de 2020 foi aprovada a Lei Estadual nº 17.293, que estabeleceu dentre outras medidas, a alteração das redações dos artigos 1º, 2º e “caput” do artigo 8º, e a inclusão dos artigos 9º-A, 9º-B e 9º-C a Lei nº 13.723/2009, que autorizou a criação da Companhia, aumentando a possibilidade de sua atuação no âmbito de operações de securitização.

Neste contexto, a Companhia alterou o seu Estatuto Social, e desde então, vem prospectando novas oportunidades de securitização de recebíveis originários de relações contratuais junto às entidades da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo.

Notas Explicativas **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

2. BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, incluindo os pronunciamentos e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Informações Trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das Informações Trimestrais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a) Base de mensuração - Os principais ativos e passivos foram mensurados inicialmente (mensuração inicial) pelo seu custo histórico, exceto quando mensurado pelo seu valor justo, e posteriormente (mensuração posterior) pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas Informações Trimestrais são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima.

Aprovação das Informações Trimestrais

A aprovação para conclusão destas Informações Trimestrais foi dada pela Administração da Companhia em 12 de novembro de 2021.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das Informações Trimestrais são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras em fundo de investimento resgatável a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício ou pela cota do fundo investido divulgado pela administradora do fundo.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma

Notas Explicativas **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020****(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)**

entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

Valor justo é o valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo “preço de mercado”. O valor justo na data do negócio equivale ao preço da transação.

Taxa efetiva é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso de instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. Se instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Modelo de negócio demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa da Companhia resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados.

Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e os juros correspondem ao valor do dinheiro no tempo.

Perda de crédito esperada é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de créditos, correspondendo ao valor presente de todos os déficits de caixa ao longo da vida esperada do respectivo instrumento financeiro.

- **Ativos financeiros**

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e reconhecidos no resultado do exercício.

- **Passivos financeiros**

Os passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, se for o caso, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Notas Explicativas COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a transação seja realizada com a mesma contraparte, a Companhia tenha o direito legal e contratual de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

c) Redução ao valor recuperável (“impairment”)Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia, representados pelos direitos creditórios originários do PEP e do PPI estando classificados, de acordo do CPC 48 (IFRS 9), como Ativo Financeiro Mensurado ao Custo Amortizado, pois atendem cumulativamente as condições de ser mantido dentro do modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber os fluxos de caixa contratuais, e de que os termos contratuais do ativo financeiro correspondem a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ainda, conforme CPC 48, é reconhecida eventuais perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, tendo como objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável, o reconhecimento de perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo avaliados de forma individual ou coletiva, observando todas as informações razoáveis, sustentáveis e, inclusive, prospectivas. No entanto, considerando a possibilidade de utilização dos direitos creditórios rompidos para amortização extraordinária das debêntures subordinadas, são reconhecidas exclusivamente as perdas esperadas dos direitos creditórios oriundos do PEP e do PPI que excederem o saldo das debêntures subordinadas, conforme detalhado abaixo.

Os ativos financeiros representados pelas carteiras de direitos creditórios oriundos do PEP e do PPI são individualmente reclassificados e imediatamente transferidos para a categoria de “rompidos”, quando não for observada qualquer das condições estabelecidas e necessárias à continuidade do respectivo parcelamento, nos termos dos respectivos programas de parcelamento. O saldo de direitos creditórios rompidos destinado à dação em pagamento não sofre qualquer perda, redução ou depreciação, sendo que líquido e certo de que, posteriormente, são integralmente utilizados para a amortização extraordinária das debêntures subordinadas subscritas pelo Estado de São Paulo, na forma de dação em pagamento, nos termos das escrituras e documentos das debêntures.

Convém destacar, ainda, que este procedimento da dação em pagamento do estoque de direitos creditórios rompidos para a amortização das debêntures subordinadas subscritas pelo Estado de São Paulo não distorce o resultado, nem gera qualquer ganho ou perda subjetiva às partes (Companhia e Estado), pois tanto as taxas, como os saldos envolvidos nestes instrumentos financeiros são idênticos e efetivamente produzem um resultado neutro. Por sua vez, em razão da exposição ao risco de crédito, oportunamente são reconhecidos e efetuados os registros de perda sobre a carteira de direitos creditórios rompidos, que excederem ao saldo das debêntures subordinadas.

A partir de junho de 2020 foram iniciados os procedimentos de contabilização das perdas esperadas sobre a carteira de direitos creditórios, as quais são apresentadas na nota explicativa nº 5.

Notas Explicativas COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

d) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

i. Ativos e passivos contingenciais

Um passivo ou ativo contingente é uma obrigação ou direito possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Contabilizado no balanço patrimonial quando a Companhia possui um passivo ou ativo, formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtidos futuramente. Os passivos e ativos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo.

- **Passivos contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos mensuráveis. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

- ii. **Obrigações legais** – fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

f) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no período para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

Os tributos correntes são os valores a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas vigentes à época de apresentação das Informações Trimestrais, e quaisquer ajustes decorrentes de períodos anteriores.

Os tributos diferidos são registrados, quando aplicável, com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, calculados utilizando a alíquota máxima de 34%, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização, observando o limite de 30% do lucro real do período-base.

g) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos respectivos períodos.

h) Determinação do valor justo

As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para que estabeleça qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis.

i) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, apresentada como informação suplementar, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa		
	30/09/2021	31/12/2020
Bancos	201	176
Aplicações Financeiras	89.729	68.081
Total	89.930	68.257

As aplicações financeiras estão integralmente alocadas em fundos de investimentos em cotas de fundo de investimento, intitulados de BB CPSEC Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Longo Prazo (fundo exclusivo da CPSEC) e BB Renda Fixa Curto

Notas Explicativas COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Prazo Diferenciado Setor Público, resgatáveis a qualquer momento e crédito em conta corrente no mesmo dia. Estes fundos de investimentos alocam seus recursos em cotas de Fundos de Investimentos de Renda Fixa de Longo e Curto prazo, respectivamente, cuja carteira é composta por títulos públicos federais e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais. Ambos são custodiados e administrados pelo Banco do Brasil.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, o resultado auferido com a remuneração das aplicações financeiras, registrado na rubrica de “Receitas Financeiras”, alcançou o montante de R\$ 1.707 (R\$ 872, em 30 de setembro de 2020).

5. CONTAS A RECEBER

As Informações Trimestrais apresentadas contemplam os direitos creditórios do Programa Especial de Parcelamento do ICMS/SP – PEP (“PEP”) e do Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS/SP – PPI (“PPI”), adquiridos do Estado de São Paulo, controlador da Companhia.

DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER – PPI

Em abril de 2012, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo, direitos creditórios originários do PPI no montante de R\$ 2.079.841, atualizados pela Taxa Selic. O saldo da carteira destes recebíveis em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 5.323 (R\$ 5.422, em 2020), conforme demonstrado abaixo por prazo de realização:

Carteira de Recebíveis - PPI		
Classificação	30/09/2021	31/12/2020
Até 12 meses	5.408	5.436
Até 24 meses	0	133
Total	5.408	5.569
PPI rompido (1)	12.517	12.531
Perdas estimadas com crédito de difícil liquidação (2)	(12.517)	(12.531)
Ajuste a Valor Justo a realizar (3)	(85)	(147)
Total	5.323	5.422
Curto Prazo	5.408	5.436
Longo Prazo	0	133

(1) Referem-se aos direitos creditórios de PPI Rompidos (créditos com atraso superior a 90 dias).

(2) Contabilização das Perdas no recebimento de direitos creditórios na correspondente Conta Redutora do crédito (saldo de direitos creditórios de PPI Rompidos).

(3) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações feitas ao longo do tempo, dos direitos creditórios adquiridos do Estado de São Paulo (nota explicativa nº 9).

Notas Explicativas **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Receita de Atualização - PPI		
Detalhamento das Receitas	30/09/2021	30/09/2020
Receita de Atualização PPI - Selic	41	132
Receita PPI - Indenização	15	57
Reversão Ajuste a Valor Justo - PPI	61	58
Total da Receita de Atualização PPI	117	247

DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER - PEP

Em dezembro de 2014, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo direitos creditórios originários do PEP no montante de R\$ 5.903.622, cuja atualização é pré-fixada, com percentual estabelecido em contrato, conforme o prazo de parcelamento escolhido pelo contribuinte. O saldo da carteira destes recebíveis em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 276.702 (R\$ 463.576, em 2020), conforme demonstrado abaixo por prazo de realização:

Carteira de Recebíveis - PEP		
Classificação	30/09/2021	31/12/2020
Até 12 meses	164.509	209.569
Até 24 meses	81.963	122.088
Até 48 meses	28.346	88.976
Até 60 meses	68	8
Total	274.886	420.641
PEP rompido (4)	51.240	70.343
Perdas estimadas com crédito de difícil liquidação (5)	(51.240)	(29.951)
Ajuste a Valor Justo a realizar (6)	1.816	2.543
Total	276.702	463.576
Curto Prazo	164.509	209.569
Longo Prazo	110.377	211.072

(4) Referem-se aos direitos creditórios de PEP rompidos (créditos com 4 parcelas em atraso), compensáveis com as debêntures da 2ª série da 2ª emissão (resgatada antecipadamente em 06/2021). No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia promoveu amortizações extraordinárias não financeiras das debêntures da 2ª série da 2ª emissão, mediante a Dação em Pagamento de PEP Rompidos, no montante de R\$ 32.963 (R\$ 136.534, no exercício de 2020).

(5) Contabilização das perdas no recebimento de direitos creditórios na correspondente Conta Redutora do crédito (saldo de direitos creditórios de PEP Rompidos).

(6) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações feitas ao longo do tempo, dos direitos creditórios adquiridos do Estado de São Paulo (nota explicativa nº 9).

Notas Explicativas **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Receita de Atualização - PEP		
Detalhamento das Receitas	30/09/2021	30/09/2020
Receita de Atualização PEP	4.851	44.946
Reversão Receita PEP PECLD	(4.115)	(764)
Receita PEP - Indenização	70.197	28.042
Reversão Receita PEP por Decisão Judicial e outros	(30.830)	0
Reversão Ajuste a Valor Justo - PEP	(726)	(989)
Total da Receita de Atualização PEP	39.377	71.235

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTESValores Transitórios a Receber

Corresponde aos valores relativos à ocorrência de Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios do PEP que, a partir de 1º de outubro de 2020, deixaram de ser compensados diretamente no saldo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, e passaram a ser registrados em conta específica a receber do Estado, denominada “valores transitórios a receber”, nos termos da Cláusula 6ª, do Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios.

Em 30 de setembro de 2021 o montante da rubrica de “valores transitórios a receber” alcançou R\$ 85.459 (R\$ 15.262, em 2020) (notas explicativas nº 7 e 15).

7. DEBÊNTURES

A Companhia emitiu um total de 5.200.620 debêntures, distribuídas entre a 2ª e 3ª emissões, cujos detalhes e características estão demonstrados nos quadros abaixo:

Notas Explicativas COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Debêntures			
Detalhamento / Características	2ª Emissão		3ª Emissão Série
	1ª Série	2ª Série	Única
Garantia	Quirografária	Quirografária	Garantia Real
Distribuição	Pública	Pública	Pública
Oferta	ICVM 476	ICVM 476	ICVM 400
Classificação de Risco (S&P)	brBBB-		brAAA
Fundo de Amortização	1,2 PMT		3,0 PMT
Data Emissão	28/11/2014	28/11/2014	18/05/2015
Data Vencimento	16/06/2022	18/07/2024	16/06/2020
Quantidade	8.000	5.118.620	74.000
Despesa Estruturação e Distribuição	14.481	0	613
Valor da Emissão	800.000	5.118.620	740.000
Prazo Amortização	90 meses	116 meses	60 meses
Prazo Remanescente em 30.09.2021	9 meses	Resgatada Antecip	Resgatada
Indexador utilizado	100% DI	12,28% a.a.	100% DI
Spread	2,60% a.a.		2,50% a.a.
Taxa efetiva	DI+3,02% a.a.		DI+2,54% a.a.
Periodicidade de indexação	diária	mensal	diária

Em Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, realizada em 18 de maio de 2020, foi deliberada a alteração do vencimento das Debêntures para 16 de junho de 2022, ampliando o cronograma de amortização de 78 para 90 parcelas mensais e sucessivas, mantidas todas as demais características e condições da escritura, conferindo maior segurança à operação.

Em 16 de junho de 2020, mediante o pagamento da 60ª e última parcela do Cronograma de Amortização, foi efetuado o resgate integral das Debêntures da 3ª Emissão.

Até setembro de 2020 também foram efetuadas amortizações antecipadas não financeiras, via compensação de valores, no saldo devedor das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, através de Eventos de Indenização, com fulcro no Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios do PEP e do PPI, celebrado entre a Companhia e o Estado de São Paulo.

A partir de 1º outubro de 2020, os valores relativos à ocorrência de Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios de parcelamentos cedidos deixaram de ser compensados diretamente no saldo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, sendo registrados em conta específica a receber do Estado, denominada “valores transitórios a receber” (nota explicativa nº 6).

Em 21 de junho de 2021 foi efetuado o resgate integral antecipado das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, mediante amortização financeira de R\$ 5.334 com a disponibilidade mensal de caixa da Emissora, derivada da arrecadação dos direitos creditórios do PEP, após o pagamento das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foram realizados Eventos de Indenização no montante de R\$ 70.231 favoráveis à Companhia, sendo R\$ 70.197 registrados

Notas Explicativas **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

na rubrica “valores transitórios a receber”, e os outros R\$ 34 utilizados na compensação do saldo devedor remanescente das Indenizações do PPI favoráveis ao Estado.

Dessa forma, em 30 de setembro de 2021, o valor residual das Indenizações favoráveis ao Estado, no valor de R\$ 146, atinentes ao PPI, encontra-se registrada no passivo circulante, na rubrica de valores transitórios a pagar (nota explicativa nº 8).

As amortizações financeiras antecipadas das debêntures da 2ª série da 2ª emissão, efetuadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, com as disponibilidades mensais de caixa da Companhia, alcançaram o montante de R\$ 8.658 (R\$ 6.815, em 30 de setembro de 2020).

No trimestre findo em 31 de março de 2021 foram realizadas amortizações extraordinárias das debêntures 2ª série da 2ª emissão, compensando o montante de R\$ 32.963, mediante a dação em pagamento do estoque de direitos creditórios de PEP rompidos em prazo igual ou superior a 12 meses. Em virtude da liquidação antecipada das Debêntures da 2ª Série, da 2ª Emissão em 21 de junho de 2021, cessaram as transações de dação em pagamento.

Em seu último Relatório de Monitoramento de Rating de Operações Estruturadas, divulgado em 7 de abril de 2021, a Standard & Poors manteve o rating das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão em “brBBB- (sf)”.

No quadro abaixo são demonstrados os saldos devedores das Debêntures emitidas no mercado de capitais, segregados pelos respectivos cronogramas de amortização, bem como o saldo das Despesas de Estruturação e Distribuição (Custo de Transação) a apropriar.

Carteira de Debêntures		
Classificação	2ª Emissão 1ª Série	
	30/09/2021	31/12/2020
Até 12 meses	37.205	59.764
Até 24 meses	-	23.234
Total	37.205	82.998
Custo de Transação a amortizar	(62)	(254)
Total	37.143	82.744
Curto prazo	37.205	59.764
Longo prazo	-	23.234

No quadro abaixo são demonstradas as despesas de juros incorridas no período e as despesas com a amortização do custo de estruturação e distribuição das debêntures no mercado de capitais.

Notas Explicativas **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Despesas - Debêntures 2ª Emissão 1ª Série		
Detalhamento das Despesas	30/09/2021	30/09/2020
Amortização do custo de estruturação e distribuição	192	506
Juros	2.494	5.292
Total de Despesas	2.686	5.798

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES E CONTINGÊNCIASValores Transitórios a Pagar

Referem-se a valores devidos pela CPSEC ao Estado de São Paulo, decorrentes das diferenças apuradas entre a efetiva arrecadação mensal dos Direitos Creditórios e os valores informados nos relatórios gerados pela PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, da arrecadação de parcelamento não securitizados ou de eventos de indenização favoráveis ao Estado, cujo saldo em 30 de setembro de 2021 registrava R\$ 3.391 (R\$ 436, em 2020).

Passivos contingentes

Não há litígios em andamento ou riscos com divulgação requerida.

9. MENSURAÇÃO INICIAL DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROSEstruturação – Vigente

Em face dos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, vigente até dezembro de 2017, e o atual CPC 48 (IFRS 9), que tratam do reconhecimento e mensuração inicial dos instrumentos financeiros, os Direitos Creditórios do PEP foram classificados como “Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado”, e na mensuração inicial do seu valor justo (“*fair value*”) foi reconhecida uma redução no valor de R\$ 29.164. Em contrapartida, ao realizar a mensuração inicial do valor justo no passivo nas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, classificada como “Passivo financeiro mensurado subsequentemente ao custo amortizado”, foi reconhecida uma redução de R\$ 43.417. O valor líquido da mensuração inicial resultou no reconhecimento de um aumento do patrimônio líquido em R\$ 14.253.

As debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão estão classificadas como Passivo Financeiro Mensurado Subsequentemente ao Custo Amortizado (nota explicativa nº 7).

Em 30 de setembro de 2021, o ajuste positivo do valor justo a apropriar da carteira de Direitos Creditórios do PEP era de R\$ 1.816 (R\$ 2.543, em 2020), enquanto o valor justo a apropriar das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão foi zerado em virtude de seu resgate antecipado (R\$ 643, em 2020), passando o ajuste a valor justo a apropriar líquido para R\$ 1.816 (R\$ 3.186, em 2020).

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi deduzido do resultado o valor de R\$ 1.369 (R\$ 2.293, em 30 de setembro de 2020), referentes à realização do valor justo (mensuração inicial) no período.

As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 48 (IFRS 9), para precificação nas datas em que foram

Notas Explicativas **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

contratados pela Companhia.

Para a apuração do valor justo dos Diretos Creditórios do PEP, os fluxos futuros dos recebíveis foram descontados por uma taxa de juros anual de 12% (doze por cento), adicionada de um spread de 0,5% a.a. Este “spread” foi estimado considerando que a taxa de risco de crédito do Estado de São Paulo seria superior ao risco do Tesouro Nacional (Taxa Selic/DI) e inferior às taxas de captação de empresas estatais controladas pelo Estado.

Para apuração do valor justo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, subscritas e integralizadas pelo Estado de São Paulo, foram usadas as mesmas premissas utilizadas para calcular o valor justo do contrato de cessão de direitos creditórios, tendo em vista que as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão foram emitidas como mecanismo de retorno ao Estado dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos Creditórios, após a amortização da 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures. Às Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão não foi aplicado à apuração do valor justo em função de terem sido emitidas à taxa de mercado.

Diante da capacidade e da intenção de manter a vencimento os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, premissa reforçada por força contratual, os efeitos apurados no reconhecimento inicial do valor justo, serão apropriados na proporção e data de vencimento dos respectivos fluxos projetados.

Em 30 de setembro de 2021, em função da redução da carteira de Direitos Creditórios oriundos do PPI, o ajuste a valor justo a apropriar era de R\$ 85 (R\$ 147, em 2020). Consequentemente, naquela data os tributos diferidos decresceram para R\$ 29 (R\$ 50, em 2020) e o ajuste a valor justo líquido a apropriar do PPI para R\$ 56 (R\$ 97, em 2020).

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi incorporado ao resultado o montante de R\$ 61 (R\$ 58, em 30 de setembro de 2020), sendo R\$ 40, líquido dos efeitos tributários referentes à realização do valor justo (mensuração inicial) no período (R\$ 38, em 30 de setembro de 2020).

As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 48 (IFRS 9), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia.

Divulgação dos instrumentos financeiros por classe

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	
	Valor contábil	Valor contábil	Categoria
Ativos Financeiros			
Direitos Creditórios	282.025	468.998	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado
Passivos Financeiros			
Debêntures Mezanino (1ª Série da 2ª Emissão)	37.143	82.744	Passivo financeiro mensurado subsequentemente ao custo amortizado
Debêntures Quirografárias (2ª Série da 2ª Emissão)	0	39.750	Passivo financeiro mensurado subsequentemente ao custo amortizado

Notas Explicativas **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

A categoria acima considera a previsão do CPC 48, tendo em vista o modelo de negócio da Companhia e as características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros.

Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação considerando os diferentes níveis definidos a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - “Inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia classificou como nível 2 de hierarquia do valor justo na mensuração dos ativos e passivos financeiros mencionados acima.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

Em 30 de setembro de 2021, o capital subscrito e integralizado era de R\$ 413.096, em moeda corrente nacional, representado por 4.130.956 ações ordinárias, nominativas, escriturais sem valor nominal.

É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais.

b) Reserva legal e Reserva Especial

A Reserva Legal de R\$ 8.302 é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193, da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Lucro Líquido do Período

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 o lucro apurado foi de R\$ 6.155 (prejuízo de R\$ 12.958, em 30 de setembro de 2020), sendo que deste resultado R\$ 1.328 negativos (R\$ 2.255 negativos, em 30 de setembro de 2020) são provenientes da realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros (nota explicativa nº 9). A partir de junho de 2020 teve início o procedimento de contabilização das perdas esperadas dos direitos creditórios oriundos do PEP e do PPI, baixando o montante dos créditos rompidos que excederam o saldo das debêntures subordinadas. Em 30 de setembro de 2021 o registro das perdas no recebimento dos direitos creditório do PPI e do PEP rompidos alcançou o montante de R\$ 21.275.

d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto da Companhia autoriza o Conselho de Administração a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último

Notas Explicativas **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e a declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais.

O Estatuto estabelece também que as ações ordinárias terão direito a dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do período, após as deduções admitidas em lei.

No período entre 1º de janeiro à 30 de setembro de 2021 foram provisionados mensalmente Juros sobre o Capital Próprio, com base no patrimônio líquido, até o limite regulatório de 50% da base de cálculo tributável (Lei nº 9.249/1995, RIR/1999, art. 347; e IN SRF nº 93/1997, art. 29).

Observando o patrimônio líquido, em conjunto com o resultado fiscal positivo obtido no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia constituiu o montante de R\$ 14.539 (R\$ 15.631, em 30 de setembro de 2020), a título de JCP, limitado à variação da TJLP sobre o patrimônio líquido, no valor correspondente a R\$ 3,51950340, por ação ordinária. Em 30 de setembro de 2021, a rubrica de Juros a pagar sobre o Capital Próprio, registrada no passivo circulante, totalizava o montante de R\$ 14.539 (R\$ 6.202, em 2020). Para fins de tributação do IRPJ e CSLL no período foram consideradas as condições e limites para dedutibilidade aplicáveis ao efetivo pagamento ou crédito dos Juros sobre o Capital Próprio aos acionistas (Lei nº 9.249/1995, art 9º, § 1º).

A expectativa da administração é que o lucro líquido do exercício suplantará o montante de JCP constituído e, caso não seja performado o resultado esperado, será procedido o ajuste daquele montante até o limite de resultado possível de ser distribuído.

A proposta da Administração da Companhia submetida à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas com a destinação do lucro apurado no exercício de 2020, no valor total de R\$ 6.529, da seguinte forma: (i) constituição de reserva legal no valor de R\$ 327; (ii) pagamento aos acionistas de JCP no valor total de R\$ 6.202, sendo R\$ 1.551 imputado ao dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido, após a constituição da reserva legal; e R\$ 4.651, referente ao saldo de JCP remanescente, excedente ao dividendo mínimo obrigatório foi aprovada/ratificada em reunião realizada em 30 de abril de 2021.

Em junho de 2021 a Companhia pagou aos acionistas R\$ 6.202, referentes à totalidade do JCP declarado de 2020.

11. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSELHO E EMPREGADOS

A gestão da Companhia é realizada pelos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (“CODEC”) deliberou através do parecer nº 194/2011 o limite de remuneração da Diretoria e Conselhos das sociedades controladas pelo Estado.

Além dos honorários mensais, o CODEC estabelece ainda uma Gratificação Anual aos Administradores, “*pro rata temporis*”, no valor de um honorário mensal a ser satisfeito no mês de dezembro de cada ano, equivalente ao 13º salário.

Os membros da Diretoria fazem jus a um prêmio eventual anual, conforme disposto no parecer CODEC nº 1/2018, e direito a descanso anual com características de licença

Notas Explicativas **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

remunerada pelo período de 30 dias corridos, com pagamento de adicional correspondente a 1/3 (um terço) dos honorários mensais, na forma disposta no parecer CODEC nº 200/2008.

<u>Despesas com salários:</u>	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	3º trim. Acum.	Trimestre	3º trim. Acum.	Trimestre
Honorários da diretoria e conselho	1.733	736	1.490	415
Salários - empregados	247	77	235	78
Vale Refeição - empregados	19	2	0	0
Total de despesas	1.999	815	1.725	493

<u>Encargos sociais e obrigações:</u>	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	3º trim. Acum.	Trimestre	3º trim. Acum.	Trimestre
Férias e 13 salário - empregados	61	23	50	18
Licença remunerada	49	15	66	22
Gratificação anual	101	29	105	35
Despesa de INSS	511	202	449	131
Despesa de FGTS	116	51	97	24
Total de despesas	838	320	767	230

12. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Notas Explicativas **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021
E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	3º trim acum	3º trim acum
a) Serviços Técnicos Especializados		
Auditoria Independente	166	175
CETIP	11	22
Banco Mandatário	29	55
Assessoria Contábil	123	105
Agente Fiduciário	24	38
Agência de Rating	46	43
Auditoria Interna	54	52
	453	490
b) Anúncios e Publicações	150	133
c) Despesas Legais e Societárias	3	4
d) Outras Despesas Operacionais		
Taxa CVM	38	38
Seguros D&O	40	38
Outras despesas operacionais	42	15
	120	91

Notas Explicativas **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

13. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	3º trim acum	3º trim acum
Receitas financeiras:		
Rendimento fundos investimentos	1.637	867
Juros Ativos - Selic	65	-
Descontos obtidos	5	5
Subtotal	1.707	872
Despesas financeiras:		
IOF (aplicação em fundos investimentos)	19	33
Subtotal	19	33
Total do resultado financeiro	1.688	839

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	3º trim acum	Trimestre	3º trim acum	Trimestre
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	8.355	9.460	(6.521)	(23.347)
(+) Adição Ajuste a Valor Justo	1.307	193	2.235	940
(+) Adição Despesas Indedutíveis	22.227	106	38.843	25.627
Base de cálculo antes da compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL) não reconhecidos anteriormente	31.889	9.759	34.557	3.220
JCP Provisionado	(4.151)	5.226	(15.631)	(5.202)
Compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL)	-	-	-	-
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	27.738	14.985	18.926	- 1.982
Provisão para Imposto de Renda (IRPJ) Corrente	6.917	3.741	4.714	(501)
Provisão para Contribuição Social (CSLL) Corrente	2.496	1.348	1.703	(179)
IRPJ e CSLL Diferidos - Valor Justo	21	7	20	7
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias	(7.234)	156	-	4.327

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foram reconhecidos R\$ 7.234 de ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a diferença temporária dedutível, correspondente a 34% sobre o lançamento das perdas de R\$ 21.275 registradas no recebimento de créditos vencidos da carteira de Direitos Creditórios oriundos do PEP. Com o resgate integral antecipado das debêntures subordinadas, a partir de junho de 2021 a Companhia passou a registrar em perdas a totalidade dos créditos rompidos da carteira de Direitos Creditórios de PEP/PPI Rompidos.

Notas Explicativas **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Em 30 de setembro de 2021 os ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) para a diferença temporária dedutível apresentou o saldo de R\$ 17.476.

Considerando o resgate integral das Debêntures Subordinadas (2ª Emissão 2ª Série), ocorrido em junho de 2021, a Companhia, a partir de dezembro de 2021, iniciará oportunamente os procedimentos de dedução de suas perdas no recebimento dos créditos, referentes às diferenças temporárias, permitida pela legislação tributária, observando o decurso temporal de 12 meses da data de rompimento dos Direitos Creditórios do PEP/PPI.

O reconhecimento de R\$ 17.476 de ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) para a diferença temporária dedutível encontra amparo no histórico de lucratividade da Companhia e no estudo técnico fundamentado evidenciando a viabilidade e perspectiva de lucratividade tributável futura, observando a composição patrimonial atual da Companhia.

A Companhia apura os tributos com base no lucro real, optando pelo recolhimento mensal do IRPJ e CSLL por estimativa.

Em janeiro de 2021 foram recolhidas as diferenças verificadas entre a apuração pelo lucro real e os recolhimentos mensais pela estimativa, cujas obrigações fiscais federais estavam registradas no passivo circulante.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADASControlador

O Contrato de Cessão de Direitos Creditórios do PEP no montante de R\$ 5.903.622, de 28 de novembro de 2014, foi firmado com o Estado de São Paulo, controlador da Companhia.

Em 30 de setembro de 2021 e 2020 as transações existentes com partes relacionadas são:

		30/09/2021		31/12/2020	
	Notas	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa) 3º trim/2021	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa) 3º trim/2020
Estado de São Paulo					
Direitos Creditórios - PPI Rompidos	5	12.517	-	12.531	74
Direitos Creditórios - PEP Rompidos	5	51.240	-	70.343	8.116
Valores Transitórios a Receber	6	85.459	-	15.262	-
- Debêntures 2ª Série da 2ª Emissão	7	-	(1.228)	(40.393)	(13.564)
- Valores Transitórios a pagar	8	(3.391)	-	(436)	-
- Juros a pagar sobre o Capital Próprio	10	(14.539)	-	(6.202)	-
- Receitas de Indenização	7	-	37.185	-	28.302

Em outubro de 2020 foi constituída a rubrica contábil denominada “valores transitórios a receber”, para registro e controle dos valores relativos à ocorrência de Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios do PEP favoráveis à CPSEC e devidos pelo seu controlador, o Estado de São Paulo, nos termos da Cláusula 6ª, do Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios.

Notas Explicativas COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Em 30 de setembro de 2021 o montante da rubrica de “valores transitórios a receber” proveniente das ocorrências de Eventos de Indenização alcançou R\$ 85.459 (Notas explicativas nº 6 e 7).

No quadro abaixo são demonstradas as despesas de juros das Debêntures emitidas da 2ª Série da 2ª emissão subordinadas:

Despesas - Debêntures Subordinadas (2ª Emissão 2ª Série)		
Detalhamento das Despesas	30/09/2021	30/09/2020
Juros	1.228	13.564
Reversão Ajuste a Valor Justo	643	1.304
Total de Despesas	1.871	14.868

16. GERENCIAMENTO DE RISCOSVisão geral

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas Informações Trimestrais.

Especificamente quanto às aplicações financeiras, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições financeiras de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro.

As Debêntures, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizaram a aquisição de Direitos Creditórios. As condições estabelecidas para resgate dos títulos foram definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes dão lastro, gerando compatibilidade entre ativos e passivos.

		30/09/2021	31/12/2020
Natureza do risco associado		Saldo exposto ao risco	Saldo exposto ao risco
Ativos expostos a risco			
Caixa e Bancos	Mercado, liquidez e crédito	201	176
Aplicações Financeiras	Mercado, liquidez e crédito	89.729	68.081
Direitos Creditórios (1)	Mercado, crédito, liquidez e operacional	280.294	426.210
Passivos expostos a risco			
Debêntures (2)	Liquidez, mercado e operacional	37.205	82.998

(1) Excluído o saldo exposto a risco dos direitos creditórios rompidos (créditos passíveis de utilização para amortização/pagamento das debêntures subordinadas ou registrados em perdas);

(2) Saldo das debêntures emitidas, líquido dos direitos creditórios rompidos passíveis de utilização para amortização/pagamento das debêntures subordinadas.

Notas Explicativas **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Estrutura do gerenciamento do risco

A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o período.

Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

Risco de mercado - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco é acompanhado mensalmente para direcionar as estratégias voltadas a novas operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.

Risco de crédito - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas no recebimento dos direitos creditórios. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, os direitos creditórios não recebidos, após 12 meses em que foram considerados rompidos, são utilizados na amortização das debêntures subordinadas, sendo que apenas o saldo excedente ao saldo devido nas debêntures subordinadas está exposto ao risco de crédito. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a aplicação somente em instituições financeiras de primeira linha.

Risco de liquidez - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é mitigado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, do saldo dos títulos emitidos.

A Companhia monitora os fluxos de pagamentos de suas dívidas e possui ativos para fazer frente a seus fluxos de pagamentos conforme tabelas abaixo:

Notas Explicativas COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

30/06/2021		
Análise do Risco de Liquidez		
Prazo	1ª Série da 2ª Emissão	Outras Obrigações
0 a 3 meses	13.971	3.391
3 a 6 meses	13.193	-
6 a 12 meses	10.041	-
Total	37.205	3.391

31/12/2020		
Análise do Risco de Liquidez		
Prazo	1ª Série da 2ª Emissão	Outras Obrigações
0 a 3 meses	16.146	436
3 a 6 meses	15.241	-
6 a 12 meses	28.377	-
1 a 3 anos	23.234	-
Total	82.998	436

O fluxo de realização dos ativos financeiros que fazem frente aos pagamentos, está apresentado na nota explicativa nº 5.

Pré-pagamentos - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição prevista nos títulos emitidos que permite pré paga-los com as antecipações efetuadas pelos devedores.

Risco operacional - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar essas eventuais deficiências, a Companhia estabeleceu políticas, processos, procedimentos e rotinas de verificação, realizadas por profissionais próprios, inclusive por aqueles mandatados fiduciariamente, e/ou por área diversa daquela em que o procedimento se originou. A Companhia tem como premissa a melhoria contínua dos processos substantivos, especialmente aqueles relacionados à evolução e acompanhamento dos recebíveis adquiridos (Direitos Creditórios) e Debêntures colocados no mercado, de forma a proporcionar maior eficiência aos controles internos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam a sua adequada proteção a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação e recuperação de dados e informações.

Gestão do capital

A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para

Notas Explicativas **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020****(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)**

assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo participações de não controladores, quando for o caso. A Administração também monitora o nível de dividendos distribuídos para acionistas da Companhia.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os melhores retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens/segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável.

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o período.

Análise de sensibilidade

A Companhia não está exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas Informações Trimestrais.

Os instrumentos financeiros representados pelas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão (liquidada em junho de 2021) e pelos respectivos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão dessas Debêntures estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de qualquer cenário econômico ao qual a Companhia possa estar exposta. Com relação à 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures também não há descasamento de prazo com o respectivo lastro de recebíveis, porém os recebíveis são atualizados a uma taxa prefixada, enquanto as Debêntures possuem remuneração flutuante com base no DI, adicionado de spread fixo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de setembro de 2021, que fechou o mês com nova alta, desta vez de 1,16%. Com isso, o índice acumulado dos últimos 12 meses alcançou os 2 dígitos, subindo para 10,25%, ultrapassando amplamente o teto da meta oficial, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Entre os nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo levantamento do IBGE, oito tiveram alta em setembro, sinalizando uma trajetória desfavorável à atividade econômica lato sensu.

O cenário inflacionário, com tendência de agravamento, especialmente pela recente deterioração das expectativas para os preços, em razão da crise hídrica, com o aumento da tarifa da bandeira vermelha de energia elétrica e problemas de safra por geadas em boa parte do centro-sul do país, além do desgaste político e crise fiscal, levaram o Comitê de Política Monetária a acelerar os movimentos de elevação da taxa básica de juros, elevando a SELIC para 7,75% ao ano, já sinalizando novo incremento de 1,5% para a próxima reunião do COPOM a ser realizada em dezembro.

No mercado, considerando o risco envolvendo o teto de gastos, alguns agentes já apostam na SELIC em 2022 acima dos 12%.

A confirmação deste cenário ensejará uma ligeira piora no resultado da Companhia, adstrito às operações relacionadas à 2ª Estruturação, especificamente na carteira passiva relacionada às suas obrigações com debêntures emitidas remuneradas pela taxa DI. Em contrapartida, a Companhia apresentará uma melhora significativa no resultado financeiro, em razão do volume de aplicações financeiras na renda fixa referenciada na taxa DI ser superior ao saldo devedor nas debêntures.

Notas Explicativas COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Neste cenário, na visão consolidada, o resultado líquido tende a melhorar, conforme se pode observar no quadro abaixo.

Cenários				
Ativo	Saldo 30/09/2021	Provável 9,25%	Possível (i) 11,56%	Remoto (ii) 13,88%
Aplicações Financeiras	89.729	98.029	100.104	102.179
Direitos Creditórios (PPI)	5.408	5.628	5.683	5.738
Direitos Creditórios (PEP)	274.886	308.642	308.642	308.642
Total do Ativo	370.023	412.299	414.429	416.559
Variação		42.276	44.406	46.536
Passivo	Saldo 30/09/2021	Provável 9,25%	Possível (i) 11,56%	Remoto (ii) 13,88%
Debêntures Mezanino	37.205	41.703	42.586	43.469
Total do Passivo	37.205	41.703	42.586	43.470
Variação		4.498	5.381	6.265
Resultado = TT Ativo - TT Passivo		37.778	39.025	40.271
Resultado da Variação			1.247	2.494

(i) Aumento de 25% da taxa básica de juros (Selic) provável**(ii) Aumento de 50% da taxa básica de juros (Selic) provável**

(i) Cenário Possível: premissa considerada pela Administração com elevação de 25% na variável de risco (aumento de 25% na taxa básica de juros) indica uma variação positiva no resultado líquido de R\$ 1.247.

(ii) Cenário Remoto: premissa considerada pela Administração com elevação de 50% na variável de risco (aumento de 50% na taxa básica de juros) indica uma variação positiva no resultado líquido de R\$ 2.494.

17. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste na emissão de valores mobiliários no mercado de capitais, lastreadas em Direitos Creditórios do programa de parcelamento de tributos, cedidos pelo Estado de São Paulo, sendo este o único segmento de negócio da Companhia e a base para tomada de decisões dos administradores.

18. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizado para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

Notas Explicativas **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	<u>3º trim acum</u>	<u>Trimestre</u>	<u>3º trim acum</u>	<u>Trimestre</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	6.155	4.208	(12.958)	(27.001)
Número de Ações durante o exercício	4.130.956	4.130.956	3.954.477	3.954.477
Lucro (Prejuízo) por ação - básico e diluído (R\$)	1,49	1,02	(3,28)	(6,83)

19. TRANSAÇÕES QUE NÃO IMPACTARAM A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Todas as transações realizadas pela Companhia que envolveu o caixa estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa de 30 de setembro de 2021 e 2020, sendo efetuados como ajuste usual no resultado do período os valores contábeis da despesa de depreciação, da realização do ajuste a valor de mercado e de perdas no recebimento de créditos.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa, e que, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

- Compensação no valor nominal das debêntures da 2ª série da 2ª emissão do montante relativo à dação em pagamento dos direitos creditórios de PEP rompidos, conforme menção na nota explicativa nº 7, no valor de R\$ 32.963 (R\$ 118.980, em 30 de setembro de 2020).

20. INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), registre-se que a CPSEC, no período de nove meses, não contratou nem teve serviços prestados pela BDO RCS Auditores Independentes S.S. que não aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

21. OUTROS ASSUNTOS

Em atenção a orientação da CVM de 10 de março de 2020, por meio do Ofício Circular SNC/SEP/nº 02/2020, a Administração da Companhia informa que, no período compreendido entre janeiro e setembro de 2021, houve forte desaceleração no volume de rompimento de direitos creditórios associado ao Covid 19, com sinais de arrefecimento dos seus efeitos, não apresentando perdas adicionais de crédito no trimestre findo em 30 de setembro de 2021. Entretanto, neste mesmo período, quando comparado a projeção orçamentária, foi verificada pequena redução de 2,2% sobre a arrecadação proveniente da carteira de direitos creditórios cedidos à Companhia em decorrência da aplicação da taxa SELIC na atualização de alguns parcelamentos, em substituição da taxa prefixada estabelecida no Decreto nº 58.811/2012 (e seguintes) do Programa Especial de Parcelamento – PEP do ICMS/SP, por ordem/decisão judicial.

A análise dos impactos nas atividades operacionais e desempenho financeiro da Companhia,

Notas Explicativas COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021
E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

inerentes ao advento do COVID-19, estão refletidos na nota 1 - Contexto Operacional.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Considerando a consolidação da Companhia no mercado de capitais e a alteração de seu estatuto social aumentando a possibilidade de sua atuação no âmbito de operações de securitização, conforme mencionado na nota ° 1, em outubro de 2021 a administração apresentou aos seus acionistas proposta de reestruturação patrimonial, a qual abrange a redução do seu capital social em R\$ 130 milhões, dos atuais R\$ 413 milhões, considerado excessivo para sua atuação. A redução proposta não interfere na plena continuidade dos seus negócios e planos futuros, sendo a restituição aos acionistas representadas com parte de suas disponibilidades de caixa (R\$ 57 milhões), e parte com a compensação de valores transitórios a receber (R\$ 73 milhões), mencionados na nota explicativa nº 6. A Companhia aguarda manifestação do interesse dos acionistas para que possa dar prosseguimentos à conclusão dos atos societários.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO
Relatório do auditor independente
Informações contábeis intermediárias
Trimestre e período de nove meses findo em
30 de setembro de 2021

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia Paulista de Securitização
São Paulo – SP
Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Paulista de Securitização ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e período de nove meses findo nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo da principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nos 1 e 15, as operações da Companhia são substancialmente realizadas junto ao Estado de São Paulo, seu principal acionista. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de novembro de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Barbosa

Contador CRC 1 SP 120359/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300, 9º andar, CEP 01017-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07 ("Companhia"), nos termos dos incisos VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período findo em 30 de setembro de 2021.

São Paulo, 12 de novembro de 2021.

Max Freddy Frauendorf
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Jorge Luiz Avila da Silva
Diretor de Gestão Corporativa

Jorge Luiz Avila da Silva
Diretor Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300, 9º andar, CEP 01017-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07 ("Companhia"), nos termos dos incisos V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes, datado de 12 de novembro de 2021, relativamente às informações trimestrais da Companhia referentes ao período findo em 30 de setembro de 2021.

São Paulo, 12 de novembro de 2021.

Max Freddy Frauendorf
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Jorge Luiz Avila da Silva
Diretor de Gestão Corporativa

Jorge Luiz Avila da Silva
Diretor Presidente